

SACRIFICANDO DIREITOS EM NOME DO PROGRESSO

POVOS INDÍGENAS
AMEAÇADOS NAS
AMÉRICAS

**AMNESTY
INTERNATIONAL**



Amnesty International Publications

Publicado originalmente em 2011 por
Amnesty International Publications
Secretariado Internacional
Peter Benenson House
1 Easton Street
Londres WC1X 0DW
Reino Unido
www.amnesty.org

© Amnesty International Publications 2011

Índice: AMR 01/001/2011
Escrito originalmente em inglês
Impresso por Anistia Internacional, Secretariado Internacional, Reino Unido

Todos os direitos reservados. Esta publicação possui direitos autorais, mas pode ser reproduzida livremente, por quaisquer meios, para fins educacionais, de ativismo e campanhas, não podendo ser comercializada.

Pede-se que tais usos sejam informados aos detentores dos direitos para que sua divulgação possa ser acompanhada. Para a reprodução deste conteúdo em quaisquer outras circunstâncias, ou para sua utilização em outras publicações, bem como para tradução e adaptação, uma autorização prévia e por escrito deve ser obtida dos editores, podendo haver a necessidade de algum pagamento.

Para solicitar uma permissão ou para outras informações, contate-nos em:
copyright@amnesty.org

A Anistia Internacional (AI) é um movimento global com mais de 3 milhões de apoiadores, membros e ativistas, em mais de 150 países e territórios, que fazem campanha para acabar com as mais graves violações dos direitos humanos.

Trabalhamos por um mundo em que cada pessoa possa desfrutar de todos os direitos humanos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais.

A AI é independente de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões, e é financiada, sobretudo, por seus membros e por doações privadas.

**AMNESTY
INTERNATIONAL**



RESUMO

*"[H]á muitos recursos sem uso [...] que não recebem investimentos e que não geram emprego. E tudo isso pelo tabú de ideologias superadas, por ociosidade, [...] ou por uma atitude de um estraga-prazer, que não deixa os outros aproveitarem o que ele não pode aproveitar."*¹

*"Até pode haver uma bela retórica [...] repetida por certos líderes indígenas [...]. Não podemos manter [essas] posições extremistas. Não podemos ser mendigos sentados sobre um saco de ouro. Esses fundamentalismos, esses dogmatismos, só nos imobilizam."*²

*"Acho que quando falamos de algo com a envergadura de Belo Monte, as coisas provavelmente teriam que ser vistas e conversadas com muito mais calma. [...] Não creio que nenhum governo democrático tenha a intenção de criar problemas aos seus povos nativos. Acho que o pior que se pode fazer [organismos de direitos humanos] neste caso é exacerbá-lo e tratar o tema como se um fosse a vítima [os povos indígenas] e os outros a ditadura, como ocorreu a princípio."*³

*"Queiram ou não queiram, vamos construir essa estrada [sobre o território indígena]."*⁴

Os trechos acima são apenas exemplos de como alguns presidentes e líderes regionais das Américas, dos mais diversos matizes ideológicos, se referem aos direitos e às lutas dos povos indígenas. Por todo o continente, dissemina-se uma dicotomia tão falsa quanto perigosa, que vê os 'direitos dos índios' como contrários ao 'progresso'. Tal dicotomia se baseia no falso argumento de que os empreendimentos de exploração econômica do meio e outros projetos de desenvolvimento que servem aos interesses nacionais, aumentando a renda do país e gerando empregos, não podem ser 'detidos' pelos índios que representam 'apenas' uma parcela da sociedade. A partir desse ponto de vista, quando as comunidades indígenas se organizam para exigir que respeitem seus direitos, o Estado e outros atores não-estatais acusam essas comunidades de obstruírem o crescimento de todo o país.

Esse posicionamento vem tendo consequências devastadoras para os direitos humanos dos povos indígenas do continente. Como evidenciam os casos que a Anistia Internacional

¹ Presidente Alan Garcia, do Peru (2006-2011), El Comercio, 28 de outubro de 2007.

² Presidente Rafael Correa, do Equador, Discurso à Cúpula Presidencial e de Autoridades Indígenas e Afrodescendentes da ALBA, Otavalo, 25 de junho de 2010.

³ José Miguel Insulza, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, BBC Brasil, 4 de maio de 2011.

⁴ Presidente Evo Morales, da Bolívia, La Razón, 30 de junho de 2011.

documentou na região, freqüentemente leis são aprovadas e empreendimentos econômicos são executados sem respeitar o direito dos povos indígenas de serem consultados, a fim de que seu consentimento livre, prévio e informado possa ser obtido. Os casos que apresentamos a seguir são apenas a ponta do iceberg que simboliza a situação das Américas.⁵ Violações dos direitos humanos, conflitos sociais e confrontos violentos entre índios e forças de segurança poderiam ter sido evitados se os Estados tivessem cumprido sua obrigação de consultar os indígenas antes de levar adiante certos projetos de desenvolvimento. Nesse contexto, lideranças indígenas e membros das comunidades são perseguidos com ações criminais por acusações que parecem desproporcionais e politicamente motivadas.⁶ Além disso, em muitos países, os povos indígenas continuam enfrentando enormes obstáculos ao reconhecimento de seu direito a suas terras ancestrais. Em muitos países representantes do governo os expulsam a força ou constantemente os ameaçam de expulsão. Líderes e membros das comunidades indígenas são freqüentemente ameaçados, intimidados e algumas vezes assassinados em conflitos que tem por abjeto suas terras. Esses conflitos normalmente envolvem atores governamentais e não-governamentais. Os últimos estão geralmente interessados em apossar-se das terras indígenas para desenvolver empreendimentos comerciais.

As violações de direitos descritas acima são consequência de uma atitude arraigada de discriminação contra os povos indígenas das Américas e da não-aceitação de seu modo diferente de ser, de ver e de agir no mundo. Tais posicionamentos são parte de um legado histórico que os atuais Estados democráticos não conseguiram reverter. E as mulheres indígenas, além de enfrentarem os problemas mencionados acima, ainda sofrem com a violência de gênero e com a impunidade que costuma cercar esses casos.⁷

A Anistia Internacional acredita que o progresso econômico não deva ser buscado como um jogo de soma zero, em que os direitos dos povos indígenas tenham que ser sacrificados. Isso anularia o próprio princípio da universalidade dos direitos. As normas de direitos humanos asseguram o direito dos povos indígenas a participar, sem discriminação, das decisões que afetam suas vidas e territórios. Essas normas existem justamente para superar a marginalização e a discriminação que, há séculos, colocam os povos indígenas em tal situação de vulnerabilidade que até mesmo aquelas decisões que afetam mais profundamente sua existência – inclusive ao ponto de ameaçar a sobrevivência física e cultural de alguns povos – são tomadas sem a sua participação.

Frente a esse quadro, os povos indígenas das Américas têm se organizado cada vez mais para defender seus direitos, estando hoje na linha de frente da luta por direitos e por igualdade. Tanto em tribunais regionais quanto em organismos intergovernamentais internacionais e regionais, os direitos dos povos indígenas vêm ganhando crescente reconhecimento.⁸ A

⁵ Veja os exemplos de Argentina, Brasil, Canadá, Colômbia, Guatemala, México, Panamá e Peru.

⁶ Veja os exemplos do Equador, do México e do Peru.

⁷ Veja os exemplos de Canadá, México e EUA.

⁸ Neste ano, por exemplo, na Argentina, as comunidades indígenas Mapuches de Huenctru Trawel Leufú e Mellao Morales obtiveram decisões judiciais favoráveis. Em ambos os casos, os juízes suspenderam projetos extrativistas de empresas petrolíferas e mineradoras até que as comunidades afetadas fossem

Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas é reconhecida atualmente em toda a região, pois EUA e Canadá, que, inicialmente, haviam votado contra, resolveram endossá-la em 2010.

No Dia Internacional dos Povos Indígenas, a Anistia Internacional quer destacar alguns dos casos documentados na região, a fim de chamar atenção para a situação em que se encontram muitas comunidades, bem como para salientar a dignidade e a determinação com que essas comunidades defendem seus direitos. Em vez de falarmos em nome dos povos indígenas, por meio dos casos e testemunhos que coletamos em nosso trabalho com os índios das Américas, nossa intenção é amplificar suas vozes.

A Anistia Internacional apela aos líderes das Américas para que tomem medidas urgentes e decisivas no sentido de cumprirem suas obrigações de defender e proteger os direitos dos povos indígenas. Mais especificamente, em colaboração com os povos indígenas, os governos deverão:

- Promulgar legislações que possibilitem a efetivação do direito de consulta, visando o consentimento livre, prévio e informado dos índios, de acordo com as normas internacionais e do sistema interamericano de direitos humanos.
- Abster-se de conceder licenças e concessões a atividades de exploração e extração de recursos, bem como de executar quaisquer empreendimentos econômicos que possam afetar os povos indígenas sem que eles tenham sido devidamente consultados, conforme as normas internacionais e interamericanas.
- Tomar medidas urgentes para solucionar disputas por terras, abstendo-se de remover os povos indígenas das terras que ocupam até que essas reivindicações sejam resolvidas.
- Criar e manter as condições necessárias para que lideranças indígenas e membros das comunidades possam pacificamente defender seus direitos sem temer represálias, evitando, principalmente, o uso impróprio do sistema de justiça criminal para desencorajar o trabalho dos índios como defensores dos direitos humanos.
- Adotar todas as medidas necessárias para proteger as mulheres indígenas da violência, bem como para processar e punir os responsáveis por esses abusos.

consultadas. Também neste ano, a Corte Suprema do Chile determinou que os povos indígenas fossem consultados, de acordo com as normas internacionais, antes da implementação de um novo plano territorial que afetaria os povos indígenas de San Pedro de Atacama. Recentemente, decisões da Corte Constitucional da Colômbia, em ações movidas por comunidades indígenas e afrodescendentes, reafirmaram o direito de consulta nos casos em que projetos econômicos tenham impacto substancial sobre direitos territoriais ou culturais.

6 SACRIFICANDO DIREITOS EM NOME DO PROGRESSO
Povos indígenas ameaçados nas Américas

- Tomar providências para implementar integralmente os direitos consagrados na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

ARGENTINA

Muitos povos indígenas continuam em risco de expulsão de suas terras ancestrais, mesmo que uma lei nacional tenha suspenso todas as remoções até novembro de 2013. Os índios da comunidade de Quilmes, na província de Tucumán, foram despejados de suas casas em 2009 e 2010. Em abril de 2011, a polícia tentou mais uma vez expulsá-los. Diversos líderes indígenas de comunidades vizinhas foram ameaçados, sendo um deles assassinado, numa tentativa de impedi-los de reivindicar o acesso das comunidades a seus territórios ancestrais.

Em novembro de 2010, 400 policiais dispersaram com violência uma manifestação da comunidade indígena de Toba Qom na província de Formosa. Os manifestantes haviam trancado uma estrada para protestar contra os planos de construção de uma universidade em suas terras tradicionais. A polícia também incendiou as moradias temporárias da comunidade. Pelo menos um policial e um indígena foram mortos nos confrontos. Na mesma província, a comunidade indígena de Pilagá, de El Descanso, continua sua luta por justiça com relação a projetos de exploração econômica empreendidos sem que os povos indígenas fossem consultados. Eles argumentam que esses projetos afetam seus territórios tradicionais. A Anistia Internacional documentou ameaças e intimidações contra os integrantes dessas comunidades e seus advogados.

BRASIL

No dia 1º de junho, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente concedeu a licença para construção da usina hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, na Amazônia. Tal decisão contrariou uma ordem da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para a suspensão da construção da hidrelétrica até que os direitos das comunidades indígenas locais fossem plenamente garantidos. Organizações indígenas e ONGs locais argumentam que a represa irá desalojar milhares de famílias e ameaçar os meios de vida e a saúde de muitas comunidades indígenas no estado do Pará. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos ordenou a suspensão da construção de Belo Monte até que as comunidades indígenas sejam efetiva e plenamente consultadas – inclusive tendo acesso ao Estudo de Impacto Social e Ambiental do projeto em suas próprias línguas – e até que medidas sejam tomadas para proteger a vida das comunidades indígenas que vivem em isolamento voluntário.

Os povos indígenas que lutam pelo direito constitucional a suas terras ancestrais continuam a enfrentar discriminação, ameaças e violências. A situação é especialmente grave no estado do Mato Grosso do Sul, onde as comunidades Guarani-Kaiowá sofrem constante perseguição dos pistoleiros contratados por fazendeiros locais. Apesar das iniciativas de promotores federais para acelerar o reconhecimento do direito dos índios a suas terras tradicionais, o processo continua paralisado.

"Sofremos demais com tanta violência contra nossas comunidades [...] Não fazemos pedidos, exigimos direitos: demarcação de nossas terras com urgência para que nosso povo volte a viver em paz, com felicidade e dignidade."

Carta aberta dos Guarani-Kaiowá ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva

CANADÁ

Apesar do alto nível de vida desfrutado pela maioria dos canadenses, os povos indígenas do país vivem uma situação de pobreza e privação. Um estudo governamental de 2010 constatou que, para algumas comunidades indígenas, as disparidades em termos de educação, trabalho e habitação, na verdade, estavam aumentando. Calcula-se que aproximadamente 20 mil pessoas das comunidades das *Primeiras Nações* do Canadá não contam com água encanada nem saneamento.

Um comitê parlamentar requisitou que um abrangente plano de ação fosse posto em prática para acabar com a violência praticada contra mulheres e meninas indígenas. No Canadá, as mulheres indígenas têm uma probabilidade entre três e cinco vezes maior do que as mulheres não-indígenas de morrer em consequência de violência. A resposta do governo, na melhor das hipóteses, pode ser considerada insuficiente. Não se requer nem mesmo um registro sistemático da polícia indicando se as vítimas de casos violentos são indígenas ou não.

"Recusar-se a registrar quantos de nossos irmãos e irmãs foram mortos ou desapareceram é só mais uma maneira de ignorar essa tragédia."

Gwenda Yuzicappi, cuja filha, Amber Redman, de 19 anos, foi assassinada em 2005, em Saskatchewan.

No dia 29 de abril, o vazamento de um duto despejou 4,5 milhões de litros de petróleo cru em uma área úmida (de grande biodiversidade) dentro do território tradicional dos índios Cree de Lubicon, ao norte da província de Alberta. Por décadas, o governo provincial permitiu que vultosos empreendimentos de extração de gás e de petróleo se instalassem em terras Lubicon, com pouca proteção a sua cultura, saúde e meios de vida.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que, no momento, está revisando uma queixa apresentada pelo Hul'qumi'num Treaty Group da Ilha Vancouver, concluiu que os meios disponíveis no Canadá para a resolução de disputas relativas aos direitos à terra não constituem soluções jurídicas efetivas para proteger tais direitos.⁹

Em novembro de 2010, o Canadá endossou a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Organizações indígenas exortaram o governo a implementar de modo apropriado a Declaração.

⁹ Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Relatório N° 105/09, Petição 592/07, Admissibilidade, Hul'qumi'num Treaty Group, Canadá, 30 de outubro de 2009.

CHILE

Os povos indígenas do Chile continuam a lutar pelo direito a seus territórios e recursos naturais. Existem várias denúncias de uso excessivo da força por parte das forças de segurança durante manifestações de reivindicação territorial do povo indígena. Além disso, muitas pessoas foram processadas por participarem dos protestos. Organismos e peritos da ONU criticaram tanto o conteúdo quanto o uso de uma legislação antiterrorista usada com frequência para embasar acusações contra os índios Mapuches que participavam de protestos, entre os quais pelo menos cinco menores.

Índios Mapuches que estão presos costumam denunciar violações do devido processo legal e julgamentos injustos e discriminatórios. No começo deste ano, quatro índios Mapuches entraram em greve de fome por três meses. Héctor Laitul Carrillanaca, Ramón Llanquileo Pilquimán, José Henuche Reimán e Jonathan Huillical Méndez denunciam terem sido submetidos a um julgamento injusto em função de procedimentos específicos estabelecidos pela legislação antiterrorista. A Suprema Corte reduziu suas sentenças; porém, rejeitou seu pedido para novo julgamento.

Em 2010, grupos indígenas de Rapa Nui (Ilha de Páscoa) realizaram um protesto contra o fato de as autoridades não terem tomado qualquer medida efetiva para fazer com que suas terras lhes fossem devolvidas. Em setembro, o governo criou grupos de trabalho para discutir suas preocupações, mas muitos membros do clã opuseram-se aos termos da discussão. Em dezembro, mais de 20 pessoas ficaram feridas nos violentos confrontos entre agentes de segurança e membros do clã que ocuparam edifícios e terras. Tribunais militares abriram uma investigação sobre o suposto uso excessivo da força pelas forças de segurança. Alguns índios Rapa Nui foram indiciados por sua participação nos protestos.

COLÔMBIA

A contínua crise de direitos humanos da Colômbia têm afetado de maneira mais incisiva as comunidades indígenas, de afrodescendentes e de agricultores. Essas comunidades são vítimas de assassinatos, ameaças e outras violações e abusos dos direitos humanos cometidos pelas forças de segurança, pelos paramilitares e pelos guerrilheiros. Enquanto essas violações e abusos costumam ser parte dos esforços para se obter o controle militar das regiões, também são executadas com a intenção de impor determinados interesses econômicos e de minar a capacidade das comunidades indígenas e afrodescendentes de contestarem o avanço desses interesses sobre suas terras.

As agressões das partes em conflito e o conseqüente desalojamento das comunidades agravam ainda mais a profunda crise socioeconômica em que se encontram os indígenas e os afrodescendentes. As restrições à liberdade de circulação impostas pelo conflito têm um efeito devastador sobre os povos indígenas.

Apesar das ameaças que vêm sofrendo, comunidades indígenas e afrodescendentes têm se organizado, tanto em nível nacional quanto regional, a fim de atuarem em defesa de seus

direitos humanos. Em 2010, a Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC) lançou uma campanha focalizando a crise de direitos humanos que afeta diversos povos indígenas, sobretudo os grupos mais vulneráveis.

"Conseguimos o compromisso do governo de avançar na construção de uma política de Estado para os povos indígenas, elaborada em colaboração com os povos indígenas; asseguramos a unidade dos povos indígenas e trouxemos para a agenda o tema dos povos indígenas em risco de extinção."

Luis Evelis Andrade, presidente da ONIC

Em janeiro de 2009, a Corte Constitucional da Colômbia emitiu uma decisão destacando a situação dos povos indígenas cuja sobrevivência física e cultural estava em perigo devido aos deslocamentos que lhes são impostos ou em consequência direta da violência e da redução de sua população.

EQUADOR

Desde 2002, o povo indígena Quíchua de Sarayaku vem se mobilizando para conquistar seu direito a ser consultado com relação a projetos de extrativismo dentro de seu território ancestral. Em 1996, o Estado concedeu a licença para que uma companhia petroleira explorasse suas terras ancestrais sem o seu consentimento. Em 2002 e 2003, diversas explosões foram realizadas em seu território com esse objetivo. Desde então, 1.400 quilos de dinamite permanecem enterrados em terras Sarayaku. Nos dias 6 e 7 de julho de 2011, membros da comunidade e seus advogados da Fundação Pachamama e do Centro pela Justiça e o Direito Internacional entraram com uma ação na Corte Interamericana de Direitos Humanos, cuja decisão é esperada para o final deste ano.

"Se querem fazer uma atividade tão danosa, queremos ser consultados e, se dissermos que não, queremos que nos respeitem"

Patricia Gualinga, integrante da comunidade Sarayaku, dirigindo-se à Corte Interamericana de Direitos Humanos

Neste ano, o governo lançou uma concorrência para possíveis projetos de exploração de áreas indígenas. Ainda não está claro em que medida as comunidades indígenas foram devidamente consultadas a respeito desses projetos.

Diversas lideranças indígenas e membros das comunidades têm denunciado estarem sofrendo intimidações por parte do governo através do sistema judicial. Muitos deles estão sendo processados criminalmente pelas autoridades, por supostos crimes cometidos no contexto de manifestações populares contra empresas extrativistas. Indígenas têm denunciado esses procedimentos como uma tentativa de restringir sua liberdade de expressão e de associação, bem como de impedir seus líderes de continuarem o trabalho de defesa dos direitos indígenas.

Em junho de 2010, por exemplo, dois líderes indígenas, Marlon Santi, ex-presidente da Confederação dos Povos Indígenas do Equador, e Delfín Tenesaca, líder da Confederação Quíchua do Equador, começaram a ser investigados por alegações de terrorismo e sabotagem. A investigação referia-se a sua participação em uma manifestação ocorrida em Otavalo, em

protesto por sua exclusão de uma cúpula dos países da ALBA, a Aliança Bolivariana para as Américas. Segundo informações recebidas pela Anistia Internacional, não foi apresentada nenhuma evidência de sua participação em atos criminosos nesta manifestação, o que pode ser uma indicação de que esses líderes estão sendo acusados de terrorismo e sabotagem por terem realizado uma manifestação de protesto.

GUATEMALA

Em junho de 2011, o general da reserva Héctor Mario López Fuentes, de 81 anos, foi preso acusado de genocídio e de crimes contra a humanidade, por sua participação em massacres de comunidades indígenas cerca de 30 anos atrás. Sob seu comando, acredita-se que as forças de segurança guatemaltecas tenham matado aproximadamente 317 indígenas Maia no Triângulo Ixil, na região de Quiché, nas montanhas a oeste do país. Uma comissão da verdade, com apoio da ONU, constatou que as operações de contra-insurgência militar no Triângulo Ixil constituíram atos de genocídio, efetivados em 32 diferentes massacres da população indígena Maia-Ixil.

"Como sobreviventes do conflito armado interno, exigimos justiça para todos os responsáveis pelo genocídio cometido contra o povo Maia-Ixil, inclusive para Héctor Mario López Fuentes e outros que estavam no poder, como Ríos Montt, Mejía Victores e outros altos mandatários militares que fugiram."

Julia Cortez, representante legal da Associação por Justiça e Reconciliação

Em maio de 2010, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ordenou a suspensão das operações na mina de ouro de Marlin, no departamento de San Marcos, devido às denúncias apresentadas pelas comunidades indígenas Maia Mam e Sipakepense, de que operações de mineração foram iniciadas sem o seu consentimento livre, prévio e informado, e de que tais atividades provocaram graves consequências em suas vidas, integridade pessoal e posses, bem como no meio ambiente. Em junho de 2011, o Estado declarou que não cumpriria a ordem da Comissão Interamericana para suspender as atividades mineradoras. A mina, portanto, segue em operação.

MÉXICO

Em abril de 2011, os pequenos agricultores e as comunidade indígenas que serão afetados pela construção da hidrelétrica de Parota, no estado de Guerrero, obtiveram uma importante vitória nos tribunais. Os juízes responsáveis pelo caso concluíram que uma assembléia comunitária organizada pelo governo local para obter autorização de expropriação da terra havia sido conduzida de forma ilegal e, portanto, era inválida. As comunidades estão pedindo que o projeto seja suspenso.

O Congresso mexicano está examinando um projeto de lei que deverá definir o direito dos povos indígenas a serem consultados com relação aos empreendimentos econômicos que possam afetá-los. A ONU já sinalizou que, do modo como está, o projeto não reconhece o direito dos povos ao consentimento livre, prévio e informado. Diversas organizações da

sociedade civil informaram à Anistia Internacional que o movimento indígena não foi adequadamente consultado a respeito do projeto.

Os indígenas, sobretudo as mulheres, continuam sendo vítimas de violência e de discriminação em muitas partes do país. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu uma decisão favorável às indígenas Valentina Rosendo Cantú e Inés Fernández Ortega; porém, até agora, as autoridades não acataram a sentença. Em 2002, ambas as mulheres foram agredidas sexualmente por soldados. Após esgotarem todos os recursos jurídicos nacionais, elas apelaram à Corte Interamericana em busca de verdade, justiça e reparação. Casos tão emblemáticos quanto esses continuam sob jurisdição militar e seus perpetradores seguem livres, enquanto Valentina Rosendo e Inés Fernández não obtiveram nenhuma reparação.

"Quando comecei com minha luta, nunca pensei em chegar a este ponto. [...] Sempre tive esperança foi por minha filha. Não quero que aconteça com ela o que aconteceu comigo. É também por muitas outras mulheres; é por isso que estou lutando, que estou em busca de justiça."

Valentina Rosendo

Faz muitos anos que Otilia Eugenio Manuel, Raúl Hernández Abundio e outros líderes da Organização do Povo Indígena de Me'phaa (OPIM) vêm enfrentando uma campanha de hostilidades, intimidações e assassinatos que tenta impedi-los de promover os direitos indígenas em suas comunidades no estado de Guerrero.

PANAMÁ

Na província de Bocas del Toro, a construção da represa Chan-75 foi iniciada muitos anos atrás. Para que a área possa ser alagada, as autoridades locais vêm negociando com centenas de famílias das comunidades indígenas Ngöbe, que vivem próximas ao local, sua transferência de suas terras ancestrais. Em setembro de 2009, o relator especial da ONU sobre direito dos povos indígenas observou que a represa causaria "um impacto significativo às comunidades indígenas que vivem na área", tendo concluído que nenhuma das comunidades foi adequadamente consultada, nem teve a oportunidade de dar seu consentimento com relação à transferência.

Algumas das famílias que ainda não foram reassentadas dizem que a promessa de compensação foi cumprida apenas parcialmente. A vida, a segurança e as fontes de subsistência das famílias que permanecem no local em que vivem estão em risco. Segundo informações, o alagamento da área teve início em junho de 2011.

"O governo vendeu toda a natureza e o rio sem consultar as diversas comunidades Ngöbe. Exijo que o governo garanta o direito à vida, à educação e à moradia aos meus filhos e a todas as pessoas atingidas ao longo do rio Changuinola."

Luis Abarco, integrante da comunidade indígena Ngöbe de Charco de la Pava

PARAGUAI

O direito às terras tradicionais é algo vital tanto para os índios do Paraguai como para todos os outros. Trata-se de um elemento essencial para suas identidades, meios de sustento e estilos de vida. Entretanto, segundo cálculos do último censo dos povos indígenas de 2002, 45 por cento dos índios paraguaios não desfrutaram da posse definitiva de suas terras.

As comunidades indígenas Yakye Axa e Sawhoyamaxa pertencem ao grupo étnico Enxet. Há muitos anos essas comunidades vêm sendo forçadas a viver em barracos à beira de uma rodovia, impossibilitadas de realizar suas atividades tradicionais, de caçar, pescar e colher mel, porque suas terras tradicionais estão nas mãos de proprietários privados. Em 2005 e 2006, a Corte Interamericana de Direitos Humanos ordenou o Paraguai a devolver as terras ancestrais de ambas as comunidades, estabelecendo para isso um prazo de três anos. O Paraguai, contudo, não acatou as ordens da Corte e não respeitou os direitos dessas comunidades.

"Isso vai nos prejudicar, porque as condições de vida à beira da estrada são muito duras. Vivemos mal, estamos perdendo nossa língua e isso afeta principalmente as crianças. [...] A lei está do nosso lado, mas não é cumprida [...] Só é reconhecida no papel."

José González, da comunidade Sawhoyamaxa

Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu uma decisão favorável a uma terceira comunidade, dos Xákmok Kásek, condenando a violação dos direitos dos povos indígenas e ordenando o Estado a devolver às comunidades suas terras tradicionais. Em junho de 2011, após 10 anos de lutas, as autoridades concordaram em conceder segurança de posse à comunidade indígena Kelyenmagategma de Puerto Colón.

PERU

Para que seus direitos se tornem realidade, os grupos indígenas estão se mobilizando em torno de uma legislação nacional que deverá reconhecer seu direito ao consentimento livre, prévio e informado. Em 2010, eles quase conseguiram que uma legislação garantindo o direito de consulta entrasse em vigor; porém, o ex-presidente Alan Garcia recusou-se a promulgá-la. Uma decisão de 2010 do Tribunal Constitucional exortava o governo a aprovar e implementar tal legislação. Mais recentemente, os povos indígenas têm criticado diversas medidas legislativas e administrativas sobre mineração e exploração de florestas. Apesar de essas ações afetarem os direitos indígenas, eles não foram consultados.

O fracasso sistemático do Estado em realizar consultas de boa-fé com os povos indígenas sobre os empreendimentos econômicos que possam afetar seus direitos tem corroído a

confiança dos índios nas autoridades. Essa falta de diálogo tem resultado em violentos confrontos entre ativistas e forças de segurança. Os familiares das pessoas mortas em 2009 nas proximidades da cidade de Bagua ainda estão em busca de verdade, justiça e reparação. Em 2011, um tribunal militar-policia, que não é nem independente nem imparcial, condenou três integrantes das forças de segurança. Tais condenações, porém, poderão impedir os processos que atualmente tramitam em tribunais civis. Ninguém foi condenado pelos atos de violência, inclusive pelas mortes de civis e de policiais que aconteceram à época. Segundo a Defensoria Pública, confrontos similares ocorreram em outras partes do país.

Ativistas indígenas têm denunciado que ações criminais têm cunho político e estão sendo impetradas como parte do que aparenta ser uma campanha para impedi-los de atuar em defesa de seus direitos ou ainda restringir seus direitos a liberdade de expressão e associação.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os índices de violência sexual perpetrada nos EUA contra mulheres nativas norte-americanas e do Alaska atingiu proporções epidêmicas – mais de um terço das mulheres indígenas serão estupradas durante sua vida, sendo que quase 86 por cento dos estupradores serão homens não-nativos.

Em julho de 2010, o Congresso aprovou uma legislação histórica, a Lei de Ordem Pública Tribal, para permitir que se comece a enfrentar a questão da segurança pública em território indígena e para aumentar as chances de as sobreviventes de violência sexual obterem justiça. Adotada em resposta às preocupações manifestadas por organizações tribais, a lei pretende melhorar a coordenação entre os órgãos de aplicação da lei e introduzir medidas que visem a restaurar a autoridade e os recursos de justiça das tribos.

" A Lei de Ordem Pública Tribal possibilita que se deem os primeiros passos para o empoderamento dos governos tribais, a fim de que possam atuar mais diretamente sobre casos de crimes violentos, cobrando responsabilidade dos perpetradores. A chave é capacitar os membros das tribos a exercerem funções de aplicação da lei para protegerem suas comunidades."

Sarah Deer, integrante do Conselho Consultivo de Nativos Norte-Americanos e do Alaska, Anistia Internacional EUA

Em dezembro de 2010, o Presidente Obama anunciou formalmente o tão esperado endosso dos EUA à Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Atualmente, o Congresso está conduzindo um processo de revisão para avaliar as implicações desse endosso nas políticas nacionais e para garantir o cumprimento da Declaração.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

São apresentadas abaixo algumas fontes de informação adicionais sobre os direitos dos povos indígenas nas Américas. Para obter acesso ao conteúdo completo da biblioteca da Anistia Internacional sobre este tema, contate-nos através do endereço www.amnesty.org.

REGIONAL

[Case of the Kichwa People of Sarayaku Vs. Ecuador. Informe Amicus Curiae apresentado pela Anistia Internacional à Corte Interamericana de Direitos Humanos](#), 18 de julho de 2011.

[Informe Anual 2011 - Américas](#), 12 de maio de 2011.

[É extremamente preocupante que se considere sacrificar os direitos humanos em nome do progresso econômico](#), 6 de maio de 2011.

[Américas: Somente através de um diálogo respeitoso e franco com os povos indígenas das Américas se encontram as soluções para as violações históricas de seus direitos](#), 7 de agosto de 2009.

ARGENTINA

[Indigenous families at risk of forced eviction](#), 2 de junho de 2011.

[Indigenous people shot at and houses burned](#), 26 de novembro de 2010.

["Exigimos respeto". Los derechos de los Pilagás del bañado La Estrella](#), 24 de abril de 2010.

[Safety of Indigenous communities threatened on their ancestral lands](#), 18 de março de 2010.

[Indigenous community face illegal eviction](#), 16 de outubro de 2009.

BRASIL

[Brasil é exortado a suspender projeto da hidroelétrica de Belo Monte](#), 2 de junho de 2011.

[Decisão é duro golpe na impunidade pela violência contra os índios](#), 1º de março de 2011.

["Sabemos dos nossos direitos e vamos batalhar por eles": Direitos indígenas no Brasil – os Guarani-Kaiowá](#), 16 de fevereiro de 2011.

[Povos indígenas sob risco de expulsão](#), 21 de abril de 2010.

CANADÁ

[From homeland to oil sands: The impact of oil and gas development on the Lubicon Cree of Canada](#), 16 de junho de 2010.

[The rights of the Lubicon Cree must be protected: Joint statement](#), 24 de março de 2010.

[No more stolen sisters: the need for a comprehensive response to discrimination and violence against Indigenous women in Canada](#), 30 setembro de 2009.

[Connecting our past to our future: The Long Point First Nation of Canada](#), 16 setembro de 2009.

["Fighting for the future of our children": Indigenous rights in the Sacred Headwaters region, British Columbia, Canada](#), 9 de setembro de 2009.

["Pushed to the edge": The land rights of Indigenous peoples in Canada](#), 9 de setembro de 2009.

CHILE

[Declaración de Amnistía Internacional ante el fin de la huelga de hambre Mapuche](#), 10 de junho de 2011.

[Chilean prisoners end hunger strike](#), 10 de junho de 2011.

[Chilean hunger strikers may be force fed](#), 8 de junho de 2011.

COLÔMBIA

[Paramilitaries threaten communities](#), 17 de maio de 2011.

[Killings of human rights defenders continue under new government](#), 23 de setembro de 2010.

[Soldiers found guilty of killing husband of Indigenous leader](#), 14 de junho de 2010.

[Stop threats against human rights defenders](#), 2 de junho de 2010.

[The struggle for survival and dignity: Human rights abuses against Indigenous peoples in Colombia](#), 23 de fevereiro de 2010.

EQUADOR

[Case of the Kichwa People of Sarayaku Vs. Ecuador. Informe Amicus Curiae apresentado pela Anistia Internacional à Corte Interamericana de Direitos Humanos](#), 18 de julho de 2011 (mencionado acima).

GUATEMALA

[Guatemala arrests former general for genocide](#), 20 de junho de 2011.

[Indigenous farmer killed over land dispute in Guatemala](#), 1º de junho de 2011.

[Forced eviction of communities in Guatemala](#), 21 de março de 2011.

[Mine activists beaten and threatened](#), 3 de março de 2011.

MÉXICO

[Demand protection for Indigenous activists](#), 21 de junho de 2011.

[Two Indigenous people killed in Mexico](#), 20 de outubro de 2010.

[Attacked Indigenous women risk reprisals](#), 10 de setembro de 2010.

[Amnesty International welcomes the release of prisoner of conscience Raúl Hernández](#), 31 de agosto de 2010.

[Effective protection remains an illusion for Mexican defender at risk](#), 21 de julho de 2010.

[Justice demanded for attack on human rights observers in Mexico](#), 5 de maio de 2010.

[Indigenous human rights defender in danger](#), 15 de março de 2010.

[Indigenous women imprisoned unjustly](#), 11 de fevereiro de 2010.

[Freedom for Indigenous woman wrongly imprisoned for three years on fabricated charges](#), 17 de setembro de 2009.

PANAMÁ

[Indigenous families' homes to be flooded](#), 25 de maio de 2011.

PARAGUAI

[Briefing to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination](#), 8 de julho de 2011.

[Through our own eyes: Water, food and health; Work; Our rights, our hopes; Education and culture](#), 7 de dezembro de 2010.

["We are only asking for what is ours" – vídeo clipe](#), 1º de dezembro de 2010.

[Third ruling condemns Paraguay for its treatment of Indigenous Peoples](#), 29 de setembro de 2010.

[Paraguayan Congress leaves 90 Indigenous families homeless](#), 16 de outubro de 2009.

PERU

[Bagua victims still waiting for justice](#), 31 de março de 2011.

[“La decisión del ejecutivo de no promulgar la Ley de Consulta es una ofensa para los pueblos indígenas del Perú”](#), 25 de junho de 2010.

[El presidente Alan García debe promulgar sin observaciones la Ley del Derecho a la Consulta Previa a los Pueblos Indígenas u Originarios](#), 15 de junho de 2010.

[Bagua: Consultation promised but justice not delivered](#), 4 de junho de 2010.

[Bagua, six months on: “Just because we think and speak differently, they are doing this injustice to us”](#), 2 de dezembro de 2009.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

[Landmark US legislation addresses sexual violence against native women](#), 23 de julho de 2010.

[Maze of injustice: The failure to protect indigenous women from violence](#), 24 de abril de 2007.

**AMNESTY
INTERNATIONAL**



www.amnesty.org